

Sumário

AGRADECIMENTOS	11
PREFÁCIO	13
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	17
INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – Solução de Controvérsias na OMC, Legitimidade e Interpretação ..	23
1.1 A OMC e o SSC	24
1.1.1 O histórico do SSC da OMC	24
1.1.2 Principais disciplinas previstas no ESC	29
1.1.3 A função do OA no SSC da OMC	36
1.2 As decisões do OA da OMC e o requisito de legitimidade nas relações comerciais internacionais	37
1.2.1 A implementação da regra de direito na OMC como requisito de legitimidade	38
1.2.1.1 O conceito de legitimidade do sistema multilateral de co- mércio	42
1.2.1.2 O conceito de legitimidade da técnica interpretativa do OA ..	45
1.2.2 A restrição do OA ao mandato e os impactos para a legitimidade do sistema multilateral de comércio	46
1.2.3 Procedimentos de trabalho para o exame de apelação	47
1.3 A técnica interpretativa desenvolvida pelo OA e a legitimidade do sistema multilateral de comércio	50
1.3.1 O ponto de partida do ato interpretativo: o texto e o contexto	50
1.3.2 Outros critérios utilizados no momento da interpretação	56
1.3.3 A técnica interpretativa estabelecida pelo OA	57
1.3.4 A técnica interpretativa do OA e seus efeitos sobre a legitimidade do sistema multilateral de comércio	61

Primeira Parte

Os Fundamentos e as Consequências da Técnica Interpretativa Adotada pelo OA da OMC	65
CAPÍTULO 2 – Grandes Sistemas de Direito: Impactos para a Regulamentação e a Aplicação das Regras Multilaterais de Comércio	67
2.1 Os sistemas de direito civil e do direito comum	68
2.1.1 O sistema do direito civil	68
2.1.2 O sistema do direito comum	70

2.2	O reflexo dos dois grandes sistemas de Direito na regulamentação do sistema multilateral de comércio	74
2.2.1	O sistema misto e único da OMC.....	74
2.3	A interpretação de alguns institutos jurídicos pelo OA	78
2.3.1	Padrão de revisão (<i>standard of review</i>).....	79
2.3.1.1	O padrão de revisão do sistema multilateral de comércio ..	80
2.3.1.2	O limite da revisão em uma corte doméstica: o exemplo brasileiro	84
2.3.2	A regra do precedente (<i>stare decisis</i>)	86
2.3.3	Manifestações de terceiros interessados (<i>amicus curiae</i>).....	91
2.3.4	Reenvio (<i>remand authority</i>)	95
2.3.5	Ônus da prova (<i>burden of proof</i>)	97
2.4	A aparente influência predominante do direito comum no sistema da OMC e a legitimidade proporcionada ao sistema multilateral de comércio	101
2.4.1	A aparente influência predominante do direito comum	101
2.4.2	O sistema misto da OMC e os requisitos de legitimidade	105
CAPÍTULO 3 – Críticas à Técnica Interpretativa Adotada pelo OA.....		109
3.1	Manifestações oficiais dos Membros no OSC	110
3.1.1	A polêmica em torno do <i>zeroing</i>	111
3.1.2	Os elogios dos Membros	114
3.2	As críticas externas.....	117
3.2.1	Ativismo judicial.....	118
3.2.2	Ativismo consentido.....	124
3.2.3	Os elogios da doutrina	126
3.3	Uma possível resposta às críticas.....	127
CAPÍTULO 4 – O Método Interpretativo de Outras Cortes Internacionais		133
4.1	Interpretação de tratados pela CEDH	133
4.2	Interpretação de tratados pela CIJ	135
4.3	Interpretação de tratados pelo OA	136
CAPÍTULO 5 – Conclusão.....		145

Segunda Parte

O Método Interpretativo do OA Da OMC como Elemento de Legitimidade do Sistema Multilateral de Comércio	147	
CAPÍTULO 6 – A Arte da Interpretação Jurídica.....	149	
6.1	A evolução das teorias sobre interpretação jurídica a partir do século XIX	149
6.2	O desafio kelseniano.....	151
6.3	A hermenêutica jurídica contemporânea.....	152

CAPÍTULO 7 – O Perfil Cultural dos Juízes do OA	153
7.1 Idioma adotado	154
7.2 A experiência de vida da primeira geração de Membros do OA	160
7.2.1 Julio Lacarté-Muro	162
7.2.2 Said El-Naggar	162
7.2.3 Mitsuo Matsushita	163
7.2.4 Florentino Feliciano	163
7.2.5 Claus-Dieter Ehlermann	164
7.2.6 Christopher Beeby	165
7.2.7 James Bacchus	165
7.3 A segunda e a terceira gerações de Membros do OA	165
7.4 O papel do Secretariado	175
7.5 A singularidade da técnica interpretativa do OA com relação ao perfil cultural de seus juízes	177
 CAPÍTULO 8 – A Legitimidade da Interpretação das Regras da OMC	 181
8.1 A jurisdição do OA	181
8.2 O direito aplicável pelo OA	182
8.3 As regras de interpretação do SSC	185
8.4 A função do OA além da previsão do ESC	188
8.5 A promoção de segurança e previsibilidade jurídicas	194
 CAPÍTULO 9 – Conclusão	 203
BIBLIOGRAFIA	
Geral	209
Outros documentos	220
Lista cronológica de julgados em ordenamentos internos	220
Lista cronológica de casos da CIJ citados	221
Lista cronológica de casos da CEDH citados	221
Lista cronológica de casos da OMC citados	221
 ANEXOS	 225
ANEXO A – Decreto n. 1.355, de 30 de dezembro de 1994	225
ANEXO B – Procedimentos de Trabalho para o Exame de Apelação	226
ANEXO C – Artigos 31 e 32 da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados ..	249
ANEXO D – Artigos XXII e XXIII do GATT 1947	250
 APÊNDICES	 253